



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



INEXIGIBILIDADE Nº 12/2.017

JUSTIFICATIVA DA DECISÃO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM OSC E RATIFICAÇÃO

Tendo em vista o teor dos documentos que constam no Processo Administrativo nº 365/2.017, onde se pretende celebrar Termo de Colaboração com a Entidade **VILA VICENTINA DE BROTAS**, cujo objeto, voltado à Assistência Social, trata-se de: Acolhimento institucional para idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência. A natureza do acolhimento deverá ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares. É previsto para idosos que não dispõem de condições de permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Idosos com deficiência devem ser incluídos nesse serviço, de modo a prevenir práticas segregacionistas e o isolamento desse segmento, no valor total de R\$.322.904,42 (trezentos e vinte e dois mil, novecentos e quatro reais e quarenta e dois centavos), tendo ficado demonstrado a inviabilidade de competição, entre Organização da Sociedade Civil (OSC), nos termos do art. 31, II da Lei 13.019/14 e da Lei Municipal nº 3.011/2.017, que autorizou a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Brotas a repassar o valor de subvenção social, nos termos da Lei nº 4.320/64, justifica-se a Inexigibilidade de Chamamento Público, para celebração do referido Termo.

Sendo assim, preenchidas as condições do artigo 25, “caput”, justificada a inexigibilidade e instruído o procedimento de conformidade com o artigo 26 da Lei 8.666/93, ratifico a Inexigibilidade supracitada, conforme fundamentos e pareceres apresentados no processo em questão.

O prazo para interposição de eventuais impugnações é de 5 (cinco) dias, contados da data da publicação, devendo ser através de requerimento a ser protocolado no Setor de Protocolo dessa municipalidade.

Publique-se na imprensa oficial, na forma do disposto no art. 26, c.c. o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

Publique-se, também, no site da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Brotas, na forma do art. 32, § 1º da Lei nº 13.019/14.

Brotas, 02 de fevereiro de 2017.

CAPITÃO MODESTO SALVIATTO FILHO
Prefeito Municipal